

ABERTURA DE NOVOS CURSOS: ADEQUAR A REALIDADE MOVELEIRA LOCAL

Angela Maria Giroto
Paulo Henrique de Souza

RESUMO

Este trabalho tem por objetivos: identificar e propor ações em rede para a otimização de projetos de pesquisa e extensão nos cursos do campus local, Instituto Federal De Santa Catarina – Polo São Lourenço Do Oeste – SC. Evidenciando seu histórico para que seja possível verificar a necessidade de criação de um novo curso que atenda a economia local no setor moveleiro, assim parte-se de uma pesquisa bibliográfica, quantitativa e de estudo local.

Palavras-chave: Plano de Desenvolvimento Institucional, Capacitação moveleira, Novos Cursos.

1 INTRODUÇÃO

O tema em tela partiu da observação da falta de um curso específico na área do setor produtivo de móveis, pois o setor produtivo está restrito apenas a atender a demanda administrativa, logística e informatizada local. Todavia, temos um grande setor produtivo de móveis e derivados, mas pouca qualificação local e cursos que possibilitem essa capacitação.

Sabe-se que os Institutos Federais contribuem para os processos de desenvolvimento e modernização do país, pois eles qualificam os cidadãos através de uma educação profissional e tecnológica, a qual possibilita arranjos produtivos da região e portanto, o Estado acaba atendendo as demandas sociais emanadas pela população através da “formação e elevação de níveis de escolaridade para que essa possa alcançar condições devidas de empregabilidade e, concomitantemente”(TURMENA & AZEVEDO, 2017 *apud* LARA & HENNIG,2020), atendendo às demandas do mercado, que exige mão de obra qualificada e acaba obtendo o aumento de sua produtividade e suas taxas de lucro.

Segundo Relatório de Gestão 2019 (pág. 6) do Campus de São Lourenço do Oeste, os cursos ofertados e em destaques são: Técnico em Administração, Técnico em Logística, Técnico em Agronegócio e Técnico em Informática para Internet que são ofertadas anualmente.

No entanto, o município de São Lourenço do Oeste conta com 16 empresas cadastradas que lidam com o setor de móveis, além das demais empresas em torno do mesmo, o que totalizam mais de 30 empresas. Assim, a preocupação em atender esse mercado se torna de suma importância e destaque para o estudo desta pesquisa.

2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO IFSC – POLO SÃO LOURENÇO DO OESTE

A busca por um histórico da Educação Tecnológica no Brasil nos levaria a trazer os elementos do Brasil Colonial, nos quais diversos autores que se dedicaram a produção dos na área, “como Coutinho (2012), Cunha (2000), Manfredi (2002), Nascimento (2007), Pacheco (2010), entre outros” (Medeiros,2017). Ainda seguindo o raciocínio de Medeiros podemos afirmar que:

Ao pesquisar o início da trajetória da educação profissional no Brasil, observamos que o Ensino Profissional, oferecido nas primeiras instituições de ensino, objetivava atender os desprovidos da fortuna e ao mesmo tempo formar compulsoriamente operários em diferentes ofícios. Com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices e o processo de industrialização nas primeiras décadas do século XX, verificamos também que a educação profissional, ainda com características assistencialistas, passou a ser orientada para a formação de mão de obra para atender as demandas das indústrias, fato que se intensificou, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, com a Reforma Capanema, o governo de Juscelino Kubitschek e o sistema S. Acreditamos então, diante deste cenário, que os Cursos Superiores de Tecnologia surgiram para contribuir com a formação de mão de obra prática e especializada para as indústrias.

Enquanto que para Otranto (2010, p.92):

Os Institutos Federais são, portanto, instituições que apresentam uma estrutura diferenciada, uma vez que foram criadas pela agregação/transformação de antigas instituições profissionais. Já as demais instituições da nova rede, com exceção da Universidade Tecnológica, são aquelas que decidiram pela não integração a um Instituto Federal e se mantiveram com a estrutura administrativa que as caracterizavam. Cada grupo reagiu de forma diferente à proposta governamental de mudança, divulgada inicialmente pelo decreto nº 6.095/2007, que traçou as primeiras diretrizes e fundamentos dos IFETs. Por esse motivo optou-se por uma análise diferenciada das EAFs, CEFETs e EVs.

Pode-se perceber então a partir dos dois autores mencionados acima que o processo de integração da Educação Tecnológica no Brasil teve a mudança na curvatura e nas suas

características a partir do final do século XX e início do século XXI. Por sua vez, uma das características da formação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal) “foi a implantação de uma nova concepção sobre o papel e a presença do sistema de ensino federal na oferta pública da educação profissional e tecnológica” (Neves & Pinto, 2020).

Todavia, por um tempo hábil, optamos por trazer apenas elementos que constituem o histórico do IFSC – Polo São Lourenço do Oeste. Segundo o Relatório de Gestão 2019, o “Campus Avançado São Lourenço do Oeste faz parte dos 22 Campus do IFSC”, tendo licença de funcionamento a partir janeiro de 2015 por meio da Portaria n.º 27, onde, “oficialmente passou a integrar a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”.

Sabendo-se que o Campus Avançado São Lourenço do Oeste está vinculado/tutorado ao Campus São Miguel do Oeste, agregado ao projeto de expansão II da Rede Federal, configura-se o processo administrativo um planejamento contínuo e norteador às instituições vinculadas. Desta forma valoriza-se a função administrativa que, para algumas organizações, a elaboração do planejamento institucional é obrigatória, como as instituições federais de ensino, “pois a exigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) está prevista em lei, no Decreto n o 5.773/2006” (Schuh & Bassi, 2017).

Perante a análise do documento intitulado Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC (2020-2024) e pelo documento Plano de Gestão 2019 que o primeiro é o principal instrumento de planejamento dos Institutos Federais. Segundo a Portaria MEC nº 21/2017 é o documento:

em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos. Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas e ações do Plano da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento. (*Apud* PDI IFSC 2020-2024, 2020, p.17)

Ele, após longos dois anos de elaboração de forma democrática e participativa, fará parte do preenchimento estratégico dos anseios do Instituto para os próximos 5 anos. Já o Plano de Gestão 2019 propõe um perfil administrativo quanto a caracterização local do Polo de São Lourenço do Oeste, conforme analogias já mencionadas em parágrafos acima.

Quanto a sugestão de um protocolo para a criação de novos cursos busca contribuir com a gestão do Instituto Federal, pois estabelecerá um curso que atenda ao perfil do mercado de

trabalho e da população local e regional. Além do mais, “minimizaria os problemas existentes, que geram desorganização e maiores demandas por recursos em processo de gestão”. (LARA & HENNIG,2020)

Nesta perspectiva o planejamento consiste em:

Figura como a primeira função administrativa, por ser aquela que serve como base para as demais funções. O planejamento é a função administrativa que determina antecipadamente quais são os objetivos a serem atingidos e como se deve fazer para alcançá-los. Trata-se, pois, de um modelo teórico para a ação futura. Começa com a determinação futura dos objetivos e detalha os planos necessários para atingi-los da melhor maneira possível. (CHIAVENATO, 2003, p. 167).

Portanto, ter a abertura de um novo curso ou um processo de extensão na área para o Polo de São Lourenço do Oeste resultaria na compreensão de uma oferta atrelada à Lei nº 11.982/2008. Por sua vez, atenderá aos anseios do mercado do trabalho, considerando não apenas dados econômicos da região, mas destacando também os aspectos culturais, sociais e educacionais locais, já que proporciona uma nova perspectiva de estudo não demasiada na região.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A realização da pesquisa se deu por pesquisas bibliográficas e documentais, caracterizando o estudo como bibliográfico, quantitativo e qualitativo, tais como artigos científicos, livros, entre outros: BAPTAGLIN (2020), OTANI(2020), CAROSI (2019), COAN (2020); LARA (2020), MEDEIROS (2017), OTRANTO (2010), ROCHA (2017) e SCHUH (2017). Todo trabalho de cunho científico “necessita de uma pesquisa bibliográfica a fim de que o pesquisador conheça o tema a ser abordado” (FONSECA, 2002 *apud* LARA & HENNIG,2020).

Partindo para uma pesquisa nos portais dos Institutos Federais (<https://www.ifsc.edu.br/>; lume.ufrgs.br; e <https://portal.tcu.gov.br/>) e outras ferramentas eletrônicas, como sites especializados do governo federal (MEC-<http://portal.mec.gov.br>), SCIELO, Repositório institucional do IFSC e Portal EduCape, visando a busca de documentos que dessem orientações específicas para o processo de abertura de novos cursos, além dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI), percebemos uma quantidade reduzida de documentos, além de, muitas vezes possuírem nomes diversos – resoluções, leis e pareceres que atendam a construção da Educação Tecnológica ao longo dos dois últimos séculos. Assim, tornou-se mais difícil a

pesquisa e coleta de dados.

Podemos então, encontrar como apontamento a Lei nº 11.982/2008, que traz como características e finalidades dos Institutos Federais da Educação orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Observa-se no histórico que o IFSC – Polo de São Lourenço do Oeste a oferta de um total de 140 vagas de cursos técnicos em 2019, sendo 30 vagas para o Técnico em Vendas e 30 para o Técnico em Logística, 40 vagas para o Técnico em Agronegócio e 40 para o Técnico em Informática para Internet, sem uma perspectiva de análise do processo local e demanda voltada à indústria moveleira.

Essa perspectiva pode ser observada também no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024, no capítulo de Plano de Oferta de Cursos e Vagas, que foram ofertadas no ano de 2020, 150 vagas para os cursos técnicos, sendo 40 vagas para o curso de Administração, 40 vagas para o curso de informática para internet, 30 vagas para o curso de Logística e 40 vagas para o curso de Agronegócio. Analisando ainda os anos de 2021 a 2024, nada consta de cursos técnicos ou qualquer outro curso, relacionado ao setor moveleiro. Pensa-se também, ao apontar a criação deste curso, no número de vagas a serem ofertadas. Mas, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 (p.151), “o planejamento da oferta do IFSC usa, como medida de dimensionamento, a capacidade de matrículas, ou seja, o número potencial de alunos matriculados em cada curso no hipotético caso em que todas as vagas de ingresso sejam preenchidas e a evasão seja zero”.

Deve-se afirmar que um ponto importante de planejamento a longo prazo a ser considerado são as aberturas de novos cursos e sua estabilidade dentro dos campus. Dessa forma, faz-se necessária uma base sólida e creditada quanto a escolha destes cursos.

Em diálogo com o Coordenador do IFSC de São Lourenço do Oeste Daniel Fernando Carossi, este destacou que está em andamento algo relacionado ao setor moveleiro, mas não partindo diretamente do IFSC e sim através de uma parceria com a Associação Empresarial de São Lourenço do Oeste (ACISLO) e a prefeitura de São Lourenço do Oeste. Para ambas os estudos serão feitos referentes a um curso neste setor, mas sem definir exatamente como procederá, pois precisa ser feita toda uma pesquisa, uma análise minuciosa de qual parte do setor moveleiro necessita de maior atenção, e isto não acontece com tanta rapidez, mas esses estudos serão sim, iniciados no ano de 2021.

Sendo assim, o IFSC pode se tornar um parceiro de grande representatividade, pois é uma instituição que conta com modernos e inovadores sistemas de gestão em rede que favorecem de forma significativa os trabalhos e serviços realizados internamente e, ofertados externamente. Segundo ROCHA (2017, p.4) “é a nova forma institucional encontrada para potencializar os recursos escassos do governo e aumentar o alcance das políticas públicas”. A gestão pública em rede permite demonstrar melhores respostas para os problemas entre o governo e as instituições federais e entre a própria instituição. As redes são formas estáveis e flexíveis de organização, em que recursos de diferentes atores somam-se na busca de soluções, tais como a compra de materiais pelo IFSC que agrega mais de um polo, de forma a facilitar o processo de compra, mas também de logística que atendam aos campus.

Tudo isso demanda, então, de planejamentos a curto e longo prazo para que se possa atender a demanda atual, mas também “projetar ações futuras, principalmente quando se porta a expansão da instituição e o ingresso cada vez mais significativo de acadêmicos” (LARA & HENNIG,2020). Resultando em uma pesquisa quantitativa, qualitativa descritiva, de modo a apresentar de maneira mais sólida o panorama atual do instituto.

4 RESULTADOS DE PESQUISA E PROPOSIÇÕES DE MELHORIAS

Nos deparamos com dois fatores que podem ser citados e que impactam diretamente na produção de móveis. As primeiras são projetistas sem conhecimento de produção e de montagem e a segunda são montadores sem noção de como se faz um projeto utilizando programas. Isso dificulta a agilidade do processo e faz com que muitos projetos saiam falhos. Portanto a criação de cursos voltados a esse setor impactaria em toda a região, pois as empresas de setor moveleiro giram em toda a proximidade de São Lourenço do Oeste, o que deverá ser feito de forma consciente ou como citado no PDI 2020-2024 (pág.106), sustentável.

Para ser sustentável o IFSC precisa atender, com a máxima qualidade, eficiência e responsabilidade social, às necessidades dos alunos e da sociedade, para que suas despesas programadas não sejam maiores do que a previsão de receitas. Sendo assim, IFSC gerencia os seus recursos financeiros com efetividade, a fim de maximizar os resultados da instituição e otimizar o tempo de atendimento às demandas, por meio do planejamento da captação, da aplicação e da execução dos recursos financeiros.

Conforme já citado alguns processos existem (Plano de Gestão, o PDI e uma possível oferta pela Associação Comercial e Empresarial de São Lourenço do Oeste – ACISLO e Prefeitura Municipal), então, ao propor um mapeamento do processo de abertura de um novo

curso, contribuiremos e auxiliando os gestores do IFSC, proporcionando uma maneira de organizar e gerir esses processos. Salientando-se que a ideia proposta, apesar de demonstrar-se genérica, visa focar na realidade em análise, podendo, por sua vez, ser adaptada.

A partir da busca por documentos, relatos e bibliografias existentes, identificou-se que o processo deveria contemplar a execução de seis etapas, sendo estas: formação de uma comissão, pesquisa de campo, análise dos dados coletados, verificação de potencialidade, protocolar os dados e realizar os trâmites de abertura do curso. Nesse sentido, o câmpus deverá formar uma comissão responsável pela análise da proposta do novo curso, realizando todos os procedimentos necessários e a concretização da abertura do curso.

Posteriormente, deve realizar uma pesquisa qualitativa baseada em entrevistas tanto interna, quanto externamente, a fim de que interesses e as necessidades apresentadas pelo cenário regional atual. Nesse sentido, considerando-se o público interno, devem ser consultados acadêmicos, docentes, colaboradores, etc e, externamente, a indústria, comércio, consultórios, clínicas e população em geral, de modo que as decisões sejam democráticas e envolvam a participação de todos diretamente atingidos pelo projeto.

Com a coleta de dados, a comissão deve analisar e filtrar as informações obtidas de acordo com os objetivos inicialmente estabelecidos. Após a efetivação das fases acima, é necessário que a comissão verifique as potencialidades de abertura do curso a ser ofertado. Após, os dados devem ser protocolados e, posteriormente, deve-se realizar todos os trâmites legais e burocráticos necessários para a abertura do novo curso escolhido.

Acredita-se que esta forma de trabalho o processo torna-se mais democrático,

[...] uma vez que envolve toda a comunidade interna e externa no processo, proporcionando um trabalho deliberativo, mas, ao mesmo tempo, extremamente sério e comprometido com o planejamento e reputação da instituição (LARA & HENNIG,2020).

Considerando-se os processos analisados acima, queremos então propor a possibilidade de um novo curso na área moveleira ou uma parceria com o projeto entre ACISLO e Prefeitura Municipal, de forma a acrescentar elementos enriquecedores à economia e aos aspectos socioculturais local e até regional.

5 CONCLUSÕES

Tendo como objeto de pesquisa a falta de um curso específico na área do setor produtivo de móveis, nos deparamos com muitas demandas que abrangem desde questões de infraestrutura até formulações de documentos. Obter um protocolo para a criação de novos cursos de educação profissional e tecnológica do IFSC, é resultado de uma análise criteriosa, porém acessível e direta, para a abertura de um curso que atenda a demanda local e até mesmo regional.

Deste modo, através da análise do PDI 2020-2024 e do Plano de Gestão 2019 pode-se configurar um parâmetro concreto e conciso sobre o real impacto da necessidade de um novo curso, seja a curto, médio e/ou a longo prazo. Este trabalho poderá trazer uma série de vantagens ao processo administrativo do Polo de São Lourenço do Oeste, uma vez que traz um panorama diferenciado de uma necessidade local e de expansão na busca do conhecimento.

Percebe-se que a qualidade dos cursos do IFSC se dá, dentre outros motivos, pela eficiência da gestão e pelo fato do Instituto possuir profissionais altamente qualificados. Propomos então, algo que torne ainda mais eficiente o trabalho de gestão realizada no IFSC polo de São Lourenço do Oeste, ao adotarem um novo curso ou parceria que não sature o mercado local e ao mesmo tempo permita mão de obra qualificada, em um mercado com profissionais generalistas ou com poucos profissionais capacitados para atuar nesta área. Portanto, com auxílio dessa nova proposta de intervenção, será possível a adoção de novas possibilidades de trabalho que buscam a concretização da missão e visão institucional e até mesmo expansão do campus.

REFERÊNCIAS

BAPTAGLIN, Leila. **Educação profissional e tecnológica: o Estado da Arte da aprendizagem da docência nos cursos técnicos de ensino médio integrado**. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: goo.gl/PBGzNL. Acesso em: 17 abr. 2020.

OTANI, Nilo. **Metodologia de Pesquisa – Cap. 1. Curso de Especialização em Gestão Pública na Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <https://moodle.ead.ifsc.edu.br/mod/book/view.php?id=69129>. Acesso em: 10 set. 2020.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

CAROSI, D.F; FERRARI; G.M. **Relatório de Gestão 2019**. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/web/campus-sao-lourenco-do-oeste/relatorios-de-gestao>. Acesso em: julho 2020.

COAN, Marival. **Formação profissional e politecnia**. Florianópolis: IFSC, 2014. Disponível

em: <https://educapes.capes.gov.br/>. Acesso em: 7 de outubro de 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2020-2024**. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/pdi-2020-2024>. Acesso em: 26 de Outubro de 2020.

LARA, J.B.; HENNIG, T.B. **Proposta de Adequação e Melhorias do processo para criação de novos cursos nos Câmpus do IFSC**. <https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1472>. Acesso em: 30 julho 2020.

MEDEIROS, Danilo C. **Impacto da formação profissional na empregabilidade dos egressos dos cursos de tecnologia do IFTM – Campus Uberlândia Centro**. Uberaba, MG: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberaba, 2017.

NEVES, P.C.S; PINTO, L.R. **O processo de abertura de novos cursos: um panorama dos documentos que orientam as ações dos Institutos Federais da Região Sul do país**. IN: Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 3, n° 2, 2019 – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/450>. Acesso em: 10 Agosto de 2020.

OTRANTO, CÉLIA R. **Criação e implantação dos INSTITUTOS FEDERAIS de EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IFETs**. IN: RETTA, Vol. I, n° 01, p. 89-108, jan./jun. – 2010. Disponível em: <https://mapadatese.files.wordpress.com/2013/02/criac3a7c3a3o-e-implantac3a7c3a3o-dos-institutos-federais-cc3a9lia-otrant.pdf>. Acesso em: 10 setembro 2020.

ROCHA, DANIELA M.S. **A gestão em rede na implementação de políticas públicas: o caso do Programa Brasil Mais Produtivo**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Administração. 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172533>. Acesso em: 14 de novembro de 2020.

SCHUH, A.B.; BASSI, E.R. **Estrutura do planejamento institucional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. IN: Revista UNIABEU, V.10, Número 24, janeiro-abril de 2017. Disponível em: <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/2552>. Acesso em: 10 Agosto de 2020.